

Prefeitura Municipal de Luisburgo

CNPJ Nº 01.615.423/0001-89 – e-mail: pmburgo@yahoo.com.br

Lei nº 452 de 23 de setembro de 2012

Autoriza a concessão de Subvenções Sociais, Auxílios e Contribuições

A Câmara Municipal de Luisburgo, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções sociais, auxílios e contribuições, com base nas consignações orçamentárias e respectivos créditos adicionais, conforme a seguinte especificação:

| NOME DA INSTITUIÇÃO | VALOR DA TRANSFERÊNCIA |
|--|-------------------------------|
| CONTRIBUICAO PARA O PASEP | 142.606,70 |
| CONTRIBUIÇÃO DE VERBA A EMATER | 55.000,00 |
| CONTRIBUICAO FARMACIA BASICA | 10.000,00 |
| CONTRIBUIÇÃO CONSORCIO INT.DE SAUDE - CIS CAPARAO | 150.000,00 |
| CONCESSAO SUBVENCAO A APAE | 70.000,00 |
| CONCESSAO DE SUBVENCAO HOSPITAL CESAR LEITE | 60.000,00 |
| CONTRIBUICAO AO CIRCUITO TURISTICO | 5.000,00 |
| CONTRIBUIÇÃO ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICIPIO – AMM | 7.200,00 |
| CONTRIBUIÇÃO A APAC | 10.000,00 |
| Total | 509.806,70 |

Art. 2º - A concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições destinados às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas às seguintes condições:

I – atender as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – ter caráter assistencial ou cultural e atender direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, médica e educacional;

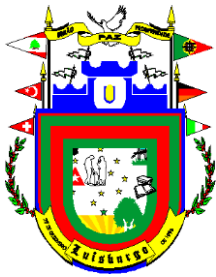
III – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;

IV – apresentar declaração de regular funcionamento no último ano, emitida no exercício de 2011 ou 2012 por autoridade local;

V – comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;

VI – ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;

VII – apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos;



Prefeitura Municipal de Luisburgo

CNPJ Nº 01.615.423/0001-89 – e-mail: pmburgo@yahoo.com.br

VIII – existir recursos orçamentários e financeiros;

IX – celebrar o respectivo convênio.

Art 3º - O valor das subvenções sociais, sempre que possível será calculado com base em unidades de serviços, efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.

Art. 4º - As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para entidades privadas, a qualquer título, serão realizadas exclusivamente mediante assinatura de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 5º - A concessão de ajuda financeira a título de subvenções sociais ou auxílios fica condicionada a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos da entidade, pelo órgão competente da Entidade cedente do recurso.

Art. 6º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Órgão concedente, através do envio de prestação de contas até 30 dias do prazo final do convênio ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento do Plano de Aplicação dos Recursos.

Art. 7º - Somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta lei.

Art. 8º - Aplica-se na concessão de qualquer ajuda financeira às entidades privadas, as normas estabelecidas no art. 116 da Lei 8.666/93.

Art. 9º - revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Luisburgo, 23 de novembro de 2012.

Otenides dos Santos Hott Praça
Prefeito Municipal